



A Transformação do Trabalho dos Jornalistas: um estudo quantitativo introdutório

*Diogo Mendonça Leite*⁵

Resumo

As redes sociais, a internet e as novas formas midiáticas transformaram o jornalismo, impactando especialmente as condições de trabalho dos jornalistas. A partir de uma revisão bibliográfica, este trabalho reuniu seis indicadores dessa transformação, e analisou-os estatisticamente na Relação Anual de Informações Sociais, com dados de 1985 a 2021. Dos seis indicadores, conclui-se que: o aumento de vínculos precários é claro, mas se arrefeceu recentemente; o aumento da carga horária ocorreu, mas a tendência na última década é de queda; a diminuição dos salários é o evento mais claro, e segue ocorrendo até hoje; o “rejuvenescimento” da profissão também aconteceu, mas a tendência está sendo revertida; o acúmulo de funções não foi conclusivamente detectado, mas possivelmente será perceptível em bases de dados com indicadores mais específicos, a migração para a assessoria de imprensa é evidente. Uma ocorrência comum marcou as análises: as tendências tiveram picos em 2010, ano do fim da obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão, e muitas se reverteram a partir de então. Estudos futuros com dados sobre *freelancers* e contratos de CNPJ poderão delinear ainda melhor as tendências atuais do mercado.

Palavras-chave: Jornalismo, precarização, RAIS, mercado de trabalho, economia.

Abstract

Social media, internet and new media forms have transformed journalism, especially impacting journalists' working conditions. Based on a literature review, this paper has gathered six indicators of this transformation and analyzed them statistically using the Annual Social Information Report, with data from 1985 to 2021. From the six indicators, it can be concluded that: the increase in precarious jobs is clear, but has recently slowed down; the increase in working hours has occurred, but the trend in the last decade has been downwards; the decrease in salaries is the clearest event, and continues to occur today; the "rejuvenation" of the profession has also occurred,

⁵ Graduando em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (USP) e em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (EESP-FGV). Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443 - Butantã, São Paulo – SP. diogoleite@usp.br.



but the trend is being reversed; the accumulation of functions has not been conclusively detected, but will possibly be noticeable in databases with more specific indicators; the migration to press consultancy is evident. A common occurrence marked the analyses: trends peaked in 2010, the year the diploma requirement for practicing the profession ended, and many have reversed since then. Future studies with data on freelancers and CNPJ contracts could provide an even better picture of current market trends.

Keywords: Journalism, precarization, RAIS, job market, economics.



1. Introdução

Ana Carolina Maranhão (2014) afirma que o advento das chamadas TICs, Tecnologias da Informação e Comunicação, foi o catalisador de um grande processo de mudanças estruturais no jornalismo. De fato, o surgimento das redes sociais, da internet e de novas formas midiáticas transformou a atividade, impactando especialmente as condições de exercício dessa profissão.

The development of digital content has had a major impact on journalists' working lives and on the way in which they work. Journalists working within a traditional newspaper organization now have to cater to both offline and online audiences at the same time (potentially also being responsible for video, blogs, etc.). This might lead to an increased work load, the need for new (multimedia) skills and greater openness to reader feedback or also citizen journalism. (WUNSCH-VINCENT, 2010, p. 34)

A origem dessas transformações, seus impactos nas empresas jornalísticas e as possíveis estratégias para contorná-los são temas de debate na produção acadêmica. Para Mauro Porto (2010, p. 116), a crise que hoje assola economicamente o jornalismo brasileiro teve início ainda no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, quando, diante da paridade do dólar, os grupos de comunicação contraíram dívidas que, com a alta da moeda estrangeira, não conseguiram pagar. Muitos autores inserem essas mudanças em um contexto maior de transformação da economia, marcado pelo que Antunes (2015) chama de “acumulação flexível”, em que as relações de trabalho se tornam mais instáveis e precárias (assim fazem NICOLETTI, 2018, 2019; NICOLETTI e THIBES, 2017; LIMA et al., 2022). Ao discutirem especificamente o mercado jornalístico, todos esses pesquisadores convergem ao apontar a emergência de um

“jornalismo de mercado”, marcado pelas pressões exercidas pela lógica comercial de uma hiperconcorrência entre publicações, suportes e mensagens. E também pela emergência de novos gêneros, rotinas e identidades profissionais, a partir de cruzamentos entre a atividade jornalística e práticas “vizinhas”, sobretudo a publicidade, o entretenimento e a comunicação (pública, organizacional e corporativa). (PEREIRA & ADGHIRNI, 2011, p. 44)

Nesse cenário, “o foco da atividade profissional/econômica dos jornalistas não é ‘vender conteúdos a consumidores, mas vender aos anunciantes a atenção dos consumidores’” (NICOLETTI, 2018, p.3). Isso provoca diversas mudanças nas condições de trabalho dos jornalistas, as quais serão o foco deste estudo.

Dentre essas mudanças, Pereira e Adghirni (2011, p. 44), baseados em Steensen (2009), enumeram as seguintes: 1) convergência da produção em algumas empresas e profissionais multimídia; 2) competição por novos mercados e mudanças nas condições econômicas da empresa jornalística; 3) embaralhamento das fronteiras entre o jornalismo e outras profissões; 4) enfraquecimento dos sindicatos; 5) redefinição das noções de liberdade de expressão e informação; 6) embaralhamento



das fronteiras entre os meios de massa e os meios de comunicação privados/individuais; 7) pressão sobre direitos autorais; 8) pressão sobre padrões e normas éticas; 9) imposição de novas tecnologias nas redações; 10) emergência de novos estilos e gêneros. Já Nicoletti (2018, p. 6), afirma que, em meio a essas transformações, o jornalismo está vulnerável nas seguintes dimensões:

1) vínculos precários, informais e diferenças salariais e de piso entre regiões e profissionais do mesmo nível; 2) altas jornadas de trabalho e contratações temporárias por tempo determinado, contratação de freelancers, autônomos, PJs; 3) falta de estrutura para o trabalho, falta de proteção jurídica e salvaguarda da empresa, risco à vida em áreas de conflitos rurais e urbanos, adoecimento físico e mental; 4) redução da autonomia do profissional, individualização; 5) enfraquecimento dos sindicatos e outras tentativas de regulamentação profissional; 6) desregulamentação da legislação específica e, mais recentemente, da própria Consolidação das Leis do trabalho.

Demais trabalhos, como os já citados aqui, tendem a apresentar impactos que estão entre essas duas listas. Eles⁶ convergem especialmente em afirmar que se abatem sobre o ofício jornalístico o aumento de vínculos de trabalho precários⁷ e da carga horária, a diminuição dos salários⁸, o rejuvenescimento da profissão – com empresas preferindo profissionais menos experientes, que são mais baratos e considerados mais “flexíveis” (NICOLETTI, 2019, p. 32) – e o acúmulo de funções por menos profissionais, algo que pode ser desdobrado analiticamente na diminuição da força de trabalho e no aumento do número de horas trabalhadas (NICOLETTI & THIBES, 2017, p. 3). Além disso, alguns apontam para uma migração de jornalistas para as áreas de assessoria de imprensa e comunicação corporativa⁹.

É com base nesta lista, aprimorada mais adiante com a análise de dados estatísticos de estudos prévios, que se desenvolverá este trabalho. O objetivo é apresentar evidências quantitativas da ocorrência dessas transformações, a partir de análise exploratória e testes de regressão linear na base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, que compila informações como remuneração e tipo de vínculo do trabalhador, fornecidas pelos empregadores, e que está disponível abertamente com dados que vão de 1985 a 2021 e abrangem todo o território nacional.

Muitos estudos já foram desenvolvidos no sentido de analisar quantitativamente a transformação do trabalho dos jornalistas, como é o caso do *Perfil do Jornalista Brasileiro*, com edições em 2012 e 2021, e de NICOLETTI, 2019. No entanto, todos se baseiam em *surveys*, o que gera um problema de generalização da amostra (AUBERT-TARBY, ESCOBAR, RAYNA, 2018, p. 43), além de se furtarem a uma análise histórica dos indicadores. Um outro estudo brasileiro, “Evolução

⁶ Ver NICOLETTI, 2018, 2019; NICOLETTI e THIBES, 2017; LIMA et al., 2022; LEVY & NIELSEN, 2010 e FIGARO & NONATO, 2017.

⁷ Percebido também por AUBERT-TARBY, ESCOBAR, RAYNA, 2018.

⁸ Aqui é possível citar também MELLADO-RUIZ & LAGOS, 2013.

⁹ É o caso de NEVEU (2010, p. 34), LIMA et al. (2022, p. 21) e PEREIRA & ADGHIRNI (2011).



salarial dos jornalistas de 2005 a 2015: Indicativos de precarização do trabalho”, de Nicoletti e Thibes (2017), resolve esse problema assim como o presente trabalho, utilizando uma base extensiva de microdados – nesse caso, a própria RAIS – com toda a população estudada. O artigo de 2017, no entanto, assim como os demais *surveys*, não faz uma análise que abranja o jornalismo pré-internet, coisa a que objetiva o presente texto. Além disso, em comparação à pesquisa de Thibes e Nicoletti, este estudo renuncia à análise interseccional que leva em conta questões de gênero, por considerá-la complexa demais para as dimensões dessa pesquisa e por entender que essa decisão não invalida os resultados aqui apresentados, que versam de modo geral sobre a categoria. Outros trabalhos, como Pontes (2017) e Koshyama (2004), traçam análises muito competentes sobre essa interseccionalidade, que é englobada inclusive nos *surveys* já citados.

Por outro lado, com base nos indicadores de transformação das condições de trabalho mais citados na revisão bibliográfica deste estudo, foram incluídos outros tópicos de análise que não eram abarcados pelo estudo anterior, a saber, o “rejuvenescimento” da profissão, a evolução dos tipos de vínculo de trabalho e o crescimento da assessoria de imprensa frente às demais profissões exercidas por jornalistas.

Nicoletti e Thibes (2017) já apontavam para uma limitação da base de dados: jornalistas *freelancers*, que trabalham como pessoas jurídicas, por meio de Microempresas Individuais (MEIs), por exemplo, tipo de vínculo crescente na profissão, não são contabilizados pela RAIS, já que não possuem vínculo empregatício. Ainda assim, a ampla cobertura e especificidade da base de dados permite análises que, por hora, bastam para a constatação dos fenômenos em estudo, ao menos em um estudo introdutório.

A partir de agora, o trabalho tece uma análise de dados de estudos anteriores, seguida da descrição de seus materiais e métodos, dos resultados do estudo da base de dados da RAIS e das conclusões obtidas.

2. Dados de estudos anteriores

A partir das transformações do mercado de trabalho do jornalismo identificadas como prioritárias na revisão bibliográfica, e enumeradas na Introdução, tem-se a lista de efeitos que este trabalho busca estudar. Agora, por meio da análise desses efeitos em pesquisas anteriores que também desenvolveram observações quantitativas sobre as transformações no trabalho do jornalista, busca-se aprimorar essa lista, bem como delinear os métodos de análise ideais para o estudo que se segue.

2.1. Aumento de vínculos precários

Um dos efeitos crescentes da sociedade flexível é o aumento do número de trabalhadores contratados com vínculos precários, como Pessoa Jurídica (PJ) ou *freelancers*, os quais perdem direitos



específicos previstos em legislação federal e também benefícios acordados em convenções coletivas. (NICOLETTI, 2019, p. 43)

O já citado relatório *Perfil do Jornalista Brasileiro*, em sua edição de 2021, mostra que 36,2% dos jornalistas não possuem vínculo empregatício com benefícios de CLT (p. 43). Embora a edição de 2012 não traga os mesmos dados, permitindo um comparativo, é possível analisar a taxa de filiação a sindicatos em ambos os anos. Em 2012, 74,8% dos jornalistas não eram filiados a nenhum sindicato (p. 12), valor que caiu para 68,2% em 2021 (p. 131). Sem informações sobre a distribuição da amostra, é difícil afirmar se a queda tem significância estatística, mas fato é que a maioria dos jornalistas não conta com os benefícios de uma representação sindical.

Quando perguntados sobre porque não se filiam a algum sindicato, muitos jornalistas citaram que a condição de *freelancer*, ou condições equivalentes de vínculo de trabalho precários, os desmotivavam, pois o sindicato não representava bem esses profissionais (p. 135-140).

Além de alerta para os sindicatos, esses dados revelam que de fato os vínculos precários são um traço do jornalismo contemporâneo, e é preciso analisar a evolução temporal dessa característica.

Embora não englobe vínculos por CNPJ, que, segundo a revisão bibliográfica, parecem ser boa parte dos vínculos precários de trabalho de jornalistas, a RAIS oferece dados que permitem observar a prevalência de vínculos empregatícios precários, isto é, aqueles sem todos os benefícios da CLT.

2.2. Aumento da carga horária

De acordo com a CLT, em seu artigo 304, a carga horária do jornalista profissional deve ser de até 5 horas diárias (36 horas por semana). Nicoletti e Thibes (2017), no entanto, constataram que, entre 2005 e 2015, “conforme os dados de jornada contratada da RAIS, maior parte destes trabalhadores tem carga horária entre 41 e 44 horas” (p. 15).

Em 2012, o *Perfil do Jornalista Brasileiro* apontou que 43,3% dos jornalistas trabalhavam entre 8 e 12 horas por dia (2022, p. 21). Hoje, o estudo mostra que 79,3% trabalham mais do que as 5 horas diárias, sendo que 42,1% trabalham mais de 8 horas (p. 95).

Aqui, novamente, não há informações sobre a evolução temporal dessa característica, mas é fato que jornadas excessivamente longas também são uma marca do jornalismo contemporâneo.

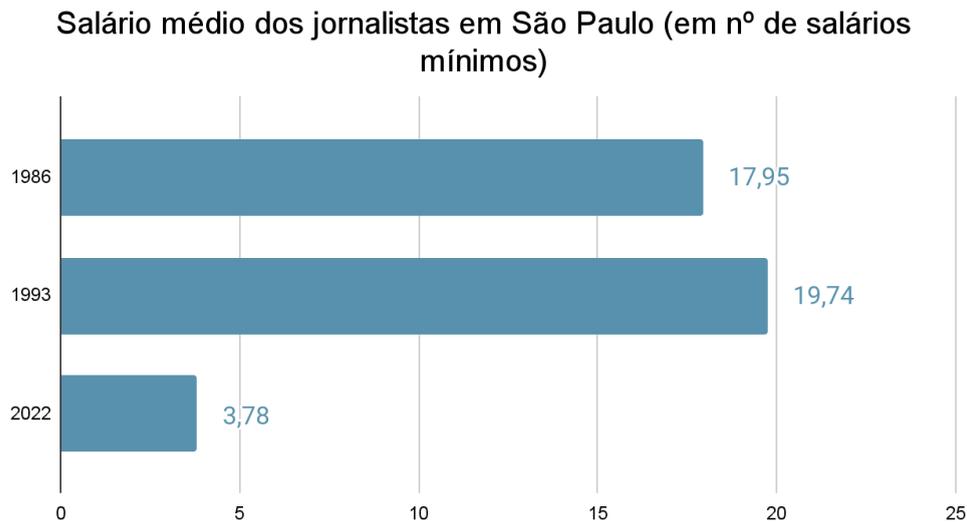
2.3. Diminuição dos salários

Este é o tópico sobre o qual mais existem dados prévios. Nicoletti e Thibes (2017, p. 11) mostram que o reajuste real (descontada a inflação) dos jornalistas em uma década foi de apenas 11,2%. A partir de uma análise indexada pelo salário



mínimo, no entanto, utilizando dados de São Paulo (estado com maior número de jornalistas no país, segundo o *Perfil do Jornalista Brasileiro* (p. 25)), notamos uma queda expressiva do salário médio nos últimos trinta anos.

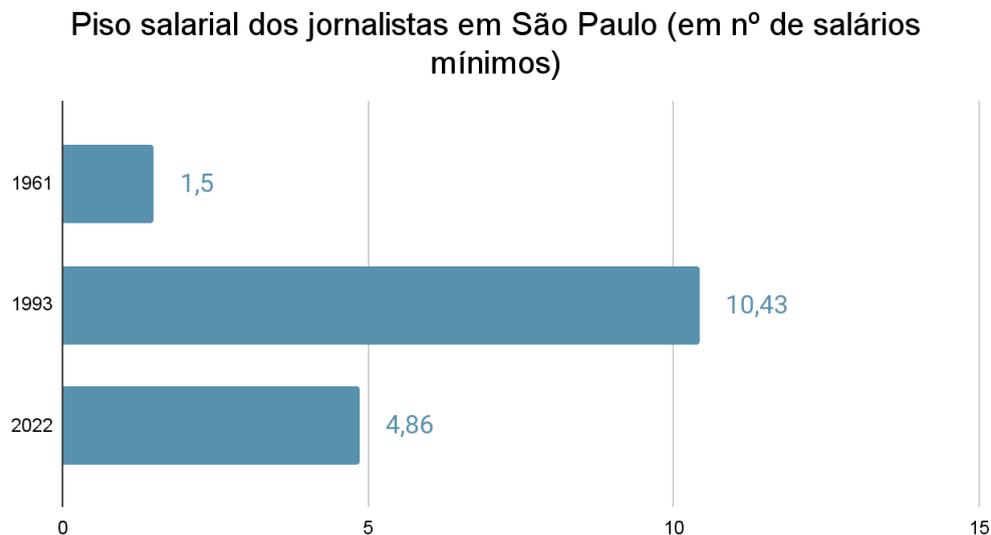
Gráfico 1 – Salários dos jornalistas em São Paulo



Fonte: RIBEIRO (1997), CADE, SINE; elaboração nossa.

Essa evolução acompanha a mudança do piso salarial dos jornalistas, mas o que se observa é que, hoje, a média salarial é inferior até mesmo a esse nível estabelecido sindicalmente.

Gráfico 2 – Piso salarial dos jornalistas em São Paulo





Fonte: SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO;
elaboração nossa.

Assim, a tendência de queda no salário dos jornalistas é clara, e o salário mínimo, por já ser fornecido como base de indexação na RAIS e pelo longo período analisado aqui, se mostra um indicador razoável para normalizar os valores ao longo do tempo, de modo que seja possível ampliar as análises feitas por estudos anteriores.

2.4. Rejuvenescimento da profissão

“A substituição de jornalistas veteranos por outros mais jovens é outra prática recorrente. O recém-formado é maleável e se adapta mais facilmente às normas político-editoriais e a salários mais baixos” (PEREIRA & ADGHIRNI, 2011, p. 48). Esta característica parece ser a menos quantitativamente estudada dentre as listadas aqui. Embora a variável “tempo no emprego”, presente na RAIS, permita analisar quanto tempo empresas jornalísticas mantêm os profissionais em seu cargo, enquanto a mesma base de dados fornece a idade dos profissionais, apenas o *Perfil do Jornalista Brasileiro* de 2021 estudou esse ponto.

A pesquisa revela que o maior índice de jornalistas respondentes estava entre os que tem mais de 31 anos na profissão, ou seja, os que construíram toda uma carreira (p. 39). Essa informação, no entanto, é inconclusiva, pois não mostra a presença ou ausência de veteranos no exercício do jornalismo ao longo do tempo.

2.5. Acúmulo de funções

Em uma análise de entrevistas semiestruturadas, Ana Carolina Maranhão (2017, p. 11) observa que o acúmulo de funções é a principal queixa dos jornalistas quanto à precarização das condições de trabalho, por vir acompanhada de baixa remuneração.

A RAIS não possui dados que permitam analisar diretamente o acúmulo de funções por parte dos jornalistas. Assim, pensando na abordagem que Pereira e Adghirni (2011) dão ao tema, o que é possível é entender que a diminuição da força de trabalho atuante, aliada ao aumento do número de horas trabalhadas, evidenciam essa realidade. Por isso, serão conduzidas ambas as análises.

Outros estudos também não são tão específicos quanto à essa característica. O *Perfil do Jornalista Brasileiro* de 2021, no entanto, oferece um dado revelador: quando os 1.314 respondentes do estudo tiveram de indicar suas funções, foram registradas 5.009 respostas válidas (p. 65), uma média de 3,8 funções por jornalista. Essa informação reforça a necessidade da construção e estudo de novas bases de dados que permitam a dissecação dessa característica em particular.

2.6. Aumento do número de jornalistas nas assessorias de imprensa



Erik Neveu (2010, p. 34) afirma que “o exército de propagandistas, peritos em relações públicas e em comunicações está muito maior atualmente na maioria das democracias do que o número de jornalistas.”

O mesmo apontam Lima et al. (2022, p. 21), citando uma “migração para as áreas fora da mídia, como assessoria de imprensa e comunicação institucional”. Dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro* mostram que o número de profissionais do jornalismo atuando em assessorias era de 31% (2022, p. 23). Em 2021, o número registrado foi de 34,9%. O piso salarial da categoria, que, em São Paulo, é maior¹⁰, é outro indício para o fato de que, talvez, essa migração seja parte importante do universo de transformações que o presente trabalho busca estudar.

Neveu e Lima, em especial o primeiro, destacam o protagonismo crescente dos assessores de imprensa na definição de pautas jornalísticas como traço marcante do jornalismo contemporâneo. Além disso, dentre as profissões que ambos enumeram, essa é a única que a RAIS categoriza como parte das ocupações ligadas ao jornalismo. Por isso, optamos por conduzir essa análise olhando para a prevalência de assessores dentre o total de profissionais de jornalismo na base de dados.

3. Materiais e métodos

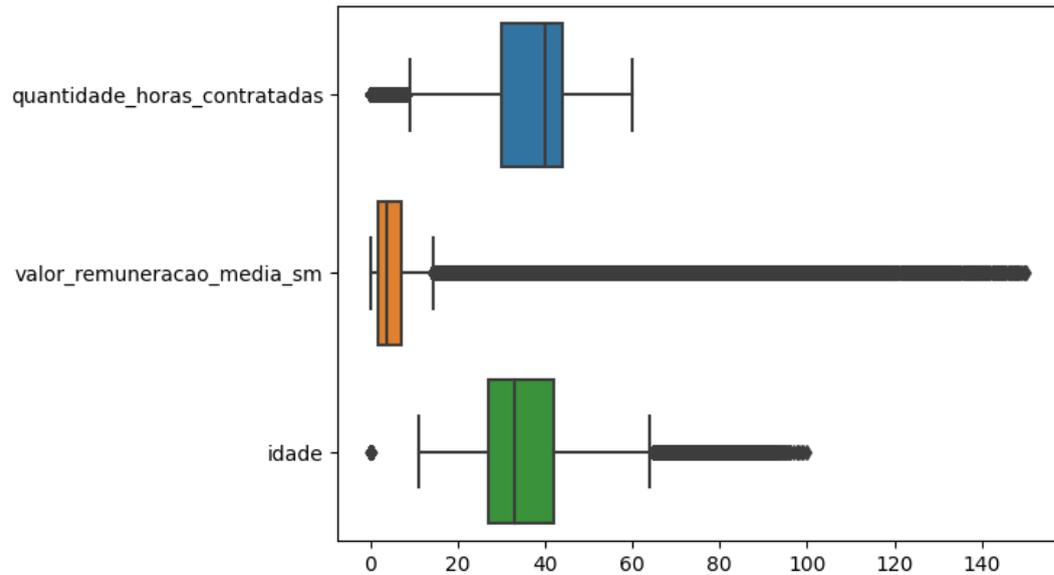
A análise a seguir foi feita a partir da base de dados da RAIS, coletada pelo Governo Federal e acessível livremente pelo portal Base dos Dados, que realiza sua gestão. É possível acessar o material pelo endereço https://basedosdados.org/dataset/br-me-rais?bdm_table=microdados_vinculos.

Basicamente, foram selecionados os dados referentes apenas à família “Profissionais do Jornalismo” da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que engloba as funções de jornalista, editor, repórter (exclusive rádio e televisão), assessor de imprensa, diretor de redação, produtor de texto, revisor de texto e arquivista pesquisador (jornalismo). “A escolha desta família específica se deve ao fato de ela conter ocupações que são formalmente consideradas funções da indústria jornalística, portanto, as jornadas e remunerações devem respeitar os acordos e leis estabelecidos para a categoria” (NICOLETTI & THIBES, 2017, p. 6). Para os dados anteriores à CBO de 2002, foi utilizado o manual de correspondência do Ministério do Trabalho (2010).

Os *boxplots* a seguir mostram a distribuição das variáveis utilizadas na análise. Com base neles, foi realizada a remoção de *outliers*, identificados utilizando como limiar o valor de 1,5 vezes a diferença entre o primeiro e terceiro quartis.

Gráfico 3 – Boxplots das variáveis analisadas

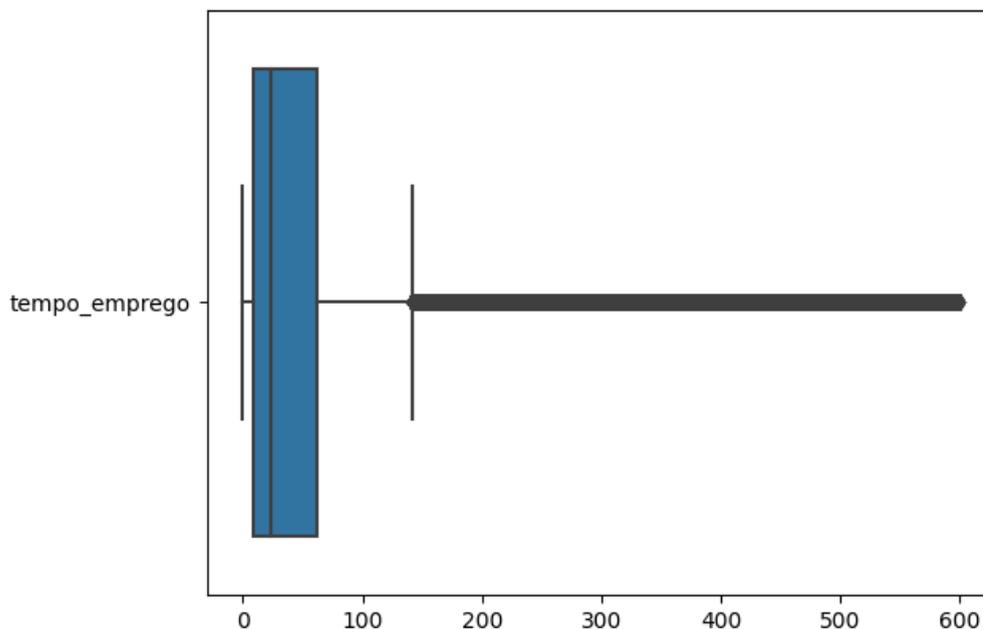
¹⁰ Dado do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, disponível em: <https://www.sjisp.org.br/pagina/pisos>.



Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2017);
elaboração nossa.

A variável “tempo_emprego”, no entanto, que mostra há quanto tempo o indivíduo está na mesma empresa, exige um tratamento especial. Devido a mudanças na RAIS (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2017), há diferenças na unidade de medida desse tempo a partir de 1994. Assim, consideraremos apenas este período na análise. O *boxplot* dessa distribuição é o seguinte:

Gráfico 4 – Boxplots da variável “Tempo no emprego”



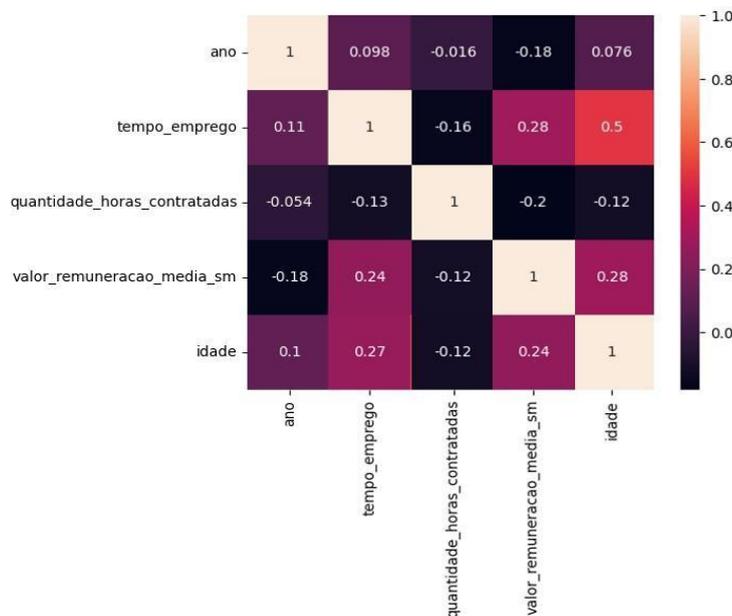
Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2017);
elaboração nossa.

A tabela e a matriz de correlação (medida pelo coeficiente de Pearson) a seguir mostram as principais medidas descritivas das variáveis selecionadas para este projeto, após o tratamento.

Tabela 1 – Medidas descritivas da base de dados

Index	Ano	Tempo emprego	no Horas contratadas	Remuneração (em sm)	Idade
Obs.	1315053.0	1074521.0	1178699.0	1211291.0	1166053.0
Média	2008.53	31.59	37.46	4.87	34.41
Desvio padrão	9.04	32.41	7.04	3.86	9.99
Mín.	1985.0	0.0	9.0	0.0	10.0
25%	2004.0	7.3	30.0	1.86	27.0
50%	2010.0	19.8	40.0	3.67	32.0
75%	2015.0	45.6	44.0	6.8	41.0
Máx.	2021.0	140.1	60.0	17.3	62.0

Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2017);
elaboração nossa.

**Gráfico 5 – Matriz de correlação**

Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2017);
elaboração nossa.

As análises aqui desenvolvidas utilizaram SQL, R e Python, além de bibliotecas gratuitas disponíveis para essas linguagens. O código empregado está disponível livremente em <https://github.com/diogomleite/transformacaotrabalhojornalistas>.

Desconsiderando entradas vazias das características em estudo, foram estabelecidas as médias anuais do salário desse grupo, a frequência dos tipos de vínculo empregatício considerados precários (todos os vínculos temporários ou não especificados) – bem como a fração do total que este número representa – as médias do tempo na empresa, de idade do funcionário e de horas contratadas e o número total de empregados nessas categorias a cada ano. Também foram estabelecidos o total de profissionais em assessoria de imprensa e a fração da população que representavam. Esses dados, que buscam, por ser esta uma análise introdutória, desconsiderar efeitos específicos de multicolinearidade (como o fato de profissionais veteranos receberem mais, por exemplo), foram plotados em gráficos ano a ano, permitindo uma análise visual, e passaram por testes de regressão linear, buscando mostrar estatisticamente a relevância de cada fenômeno ao longo do tempo.

Com a atualização da Classificação Brasileira de Ocupações, em 2002, incorporada na base de dados em 2003, existe uma significativa diferença entre o tamanho da amostra em ambos os períodos (de 1985 a 2002 e de 2003 a 2020), graças à adição de algumas outras funções na família. Observou-se que esse movimento não afeta significativamente as medidas agregadas, como ficará claro a seguir (as tendências se mantêm apesar da mudança, que na verdade apenas



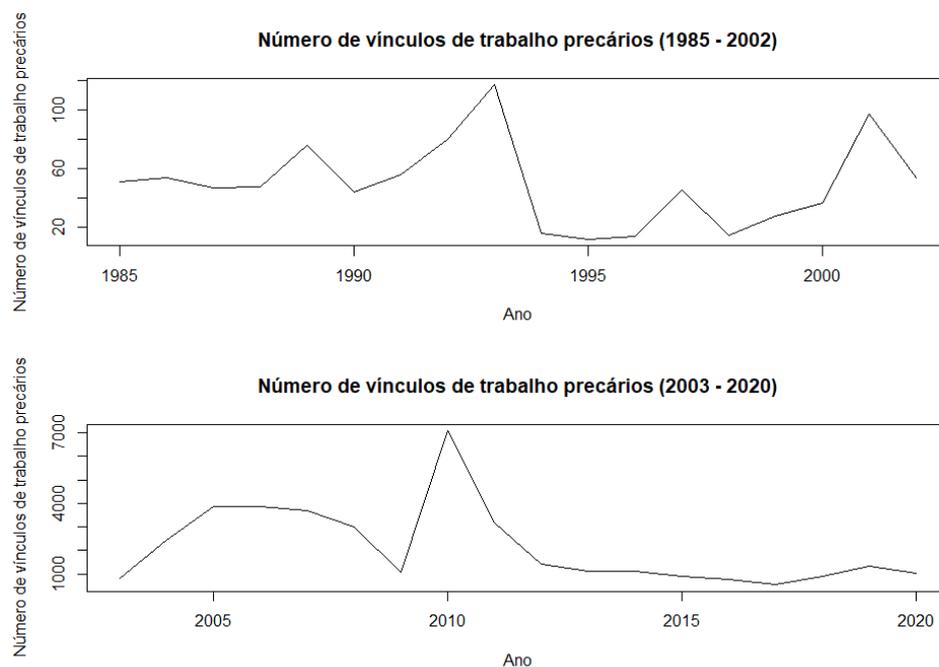
aumentou a especificidade da definição da ocupação). Porém, é necessário segmentar a análise de medidas de frequência, o que foi feito.

4. Resultados

4.1. Aumento de vínculos precários

Aqui já se vê o primeiro reflexo da mudança da CBO, que faz com que o número de vínculos cresça significativamente. A análise gráfica dos valores totais foi, portanto, segmentada. Para a regressão, no entanto, como o valor analisado, de prevalência, já está normalizado, não é preciso adotar tal procedimento.

Gráfico 6 – Vínculos de trabalho precários

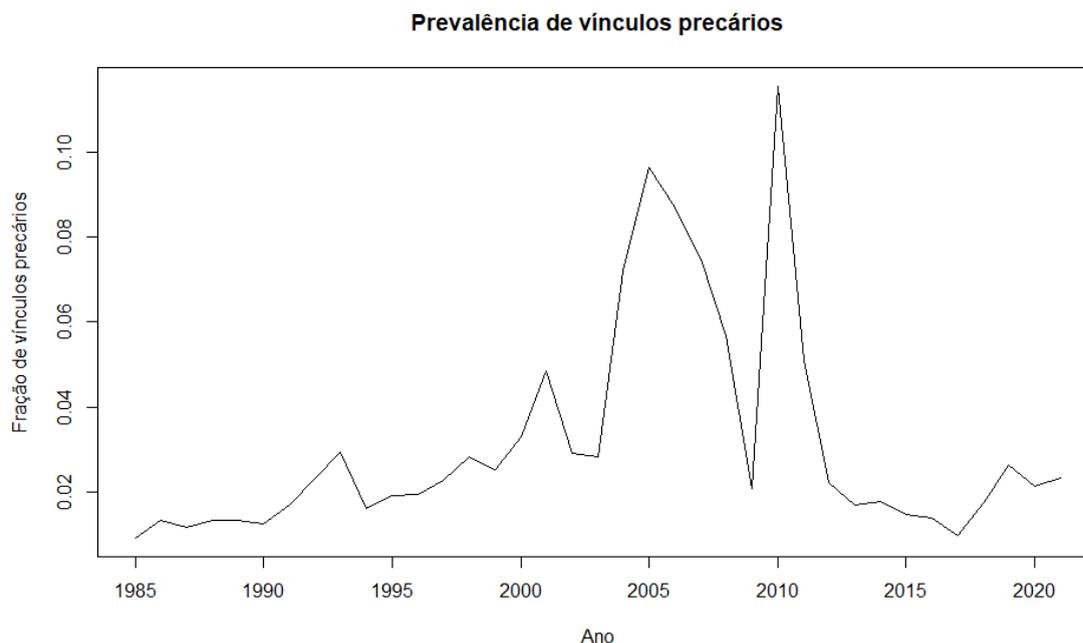


Fonte:MINISTÉRIO DO TRABALHO (2017);
elaboração nossa.

Estes gráficos permitem notar alguns picos, em meados dos anos 1990 e no início da década de 2010. A análise normalizada, contudo, é mais elucidativa.



Gráfico 7 – Vínculos de trabalho precários (normalizado)



Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2017);
elaboração nossa.

Aqui, nota-se que, mesmo com a normalização, a diferença de valores entre os anos 1990 e 2000 é muito significativa, o que aponta para um vertiginoso crescimento dos vínculos precários, que tem um pico em 2005, volta a cair e atinge repentinamente um valor máximo em 2010. A partir daí, vê-se uma queda.

Considerando o período todo, a regressão não possui significância estatística. Identifica-se, contudo, quanto à prevalência, um longo período de crescimento, entre 1985 e 2010, aproximadamente. Mais recentemente, a tendência é de crescimento novamente. Para o primeiro recorte, a variável possui significância no teste T de student (p -valor $\ll 0,01$), com um coeficiente angular estimado de 218 e R^2 de 0,67. Já no recorte mais recente, a partir de 2017, não há significância estatística, mas a tendência estimada é de queda (p -valor = 0,06, R^2 = 0,31, coeficiente = -68,54).

Em síntese, os vínculos precários cresceram até 2010, mas não há um movimento claro após esse período. Pode-se entender que, provavelmente, a *PeJotização*, com regimes de contrato por CNPJ, que não é mapeada pela RAIS, seja uma tendência mais forte do que o aumento de contratações temporárias ou outros tipos de regimes precários, a espelho do que dizem vários autores.

In Europe, there has been a strong rise of freelance jobs, which now make up to 60% of the work force in some European countries (White, 2012). However, unlike freelancers in other sectors, who may be freelancers by choice, a significant proportion of freelancers in the media industry are former permanent members of

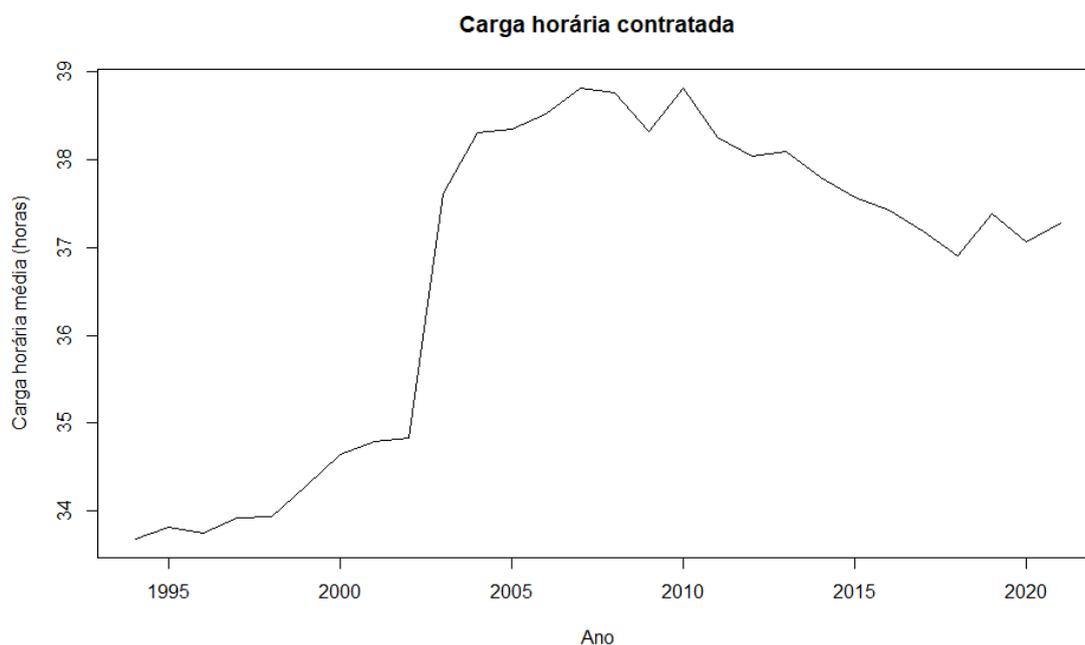


staff who have been pressured to become freelancers, but, essentially, carry on doing the same job as they used to, albeit for less. (AUBERT-TARBY, ESCOBAR, RAYNA, 2018, p. 37)

4.2. Aumento da carga horária

Mudanças na RAIS ao longo do tempo fazem com que este dado só esteja disponível a partir de 1994. Ainda assim, por abranger um período que vai desde o início da digitalização e das transformações midiáticas (RIBEIRO, 1997) até a contemporaneidade, os dados são suficientes para esta análise, como ficará claro a seguir.

Gráfico 8 – Evolução da carga horária



Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2017);
elaboração nossa.

No quadro geral, a regressão já mostra uma tendência de crescimento (p-valor $\ll 0,01$, $R^2 = 0,46$, coeficiente = 3,00). Nota-se, no entanto, que o período analisado se divide entre um vertiginoso aumento, até 2010, e uma tendência de queda, a partir de então. O primeiro recorte gera um modelo robusto, que indica claramente o crescimento (p-valor $\ll 0,001$, $R^2 = 0,87$, coeficiente = 2,1). Já o segundo revela, de maneira igualmente robusta, a queda (p-valor $\ll 0,001$, $R^2 = 0,81$, coeficiente = -5,79).

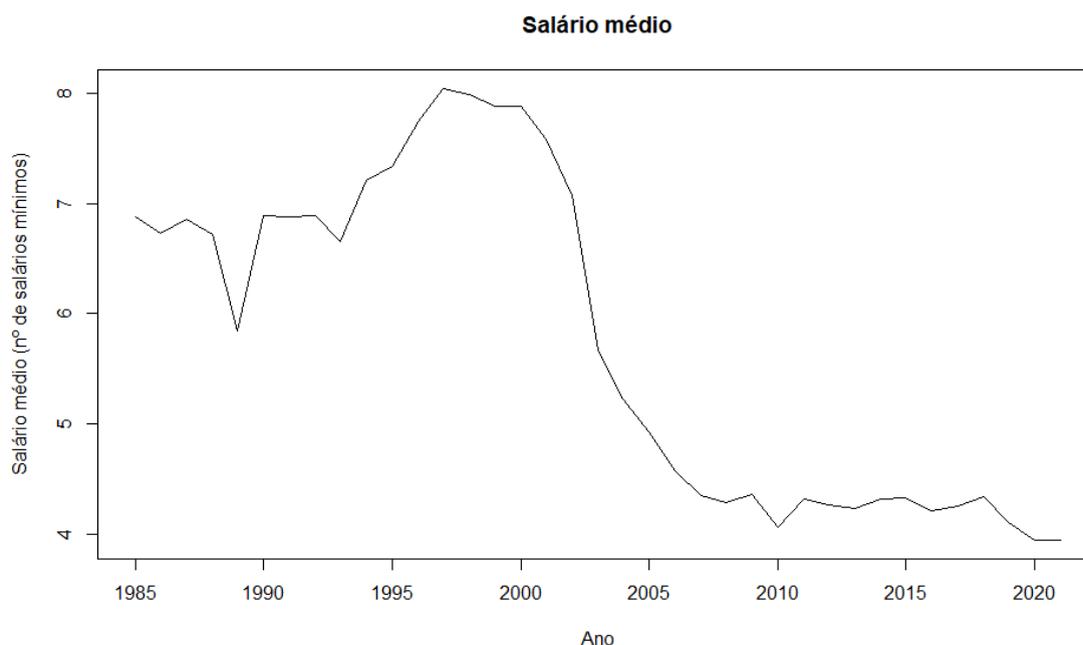
De toda forma, a carga horária permanece acima das 36 horas regulamentares e dos valores anteriores ao século XXI. Aqui, é novamente possível que a ausência de dados sobre trabalhos *PeJotizados*, ou o acúmulo de vínculos pelo mesmo trabalhador, mascarem essa tendência. Como aponta Nicoletti (2019, p. 37) “Muitas



vezes estes trabalhadores combinam atividades dentro da mídia, em veículos tradicionais (...) ou em funções fora da mídia, como comunicação organizacional e assessoria de imprensa.”

4.3. Diminuição dos salários

Gráfico 9 – Evolução do salário médio



Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2017);
elaboração nossa.

A regressão entre 1985 e 2021 mostra uma clara tendência de queda (p-valor $\ll 0,001$, $R^2 = 0,65$, coeficiente = $-5,87$). Pode-se, contudo, recortar um período no qual essa tendência é mais clara, a partir de 1998, o que é congruente com a percepção de Mauro Porto (2010, p. 131) sobre a crise econômica do mercado jornalístico no período. Nesse recorte, tem-se um modelo ainda mais robusto (p-valor $\ll 0,001$, $R^2 = 0,72$, coeficiente = $-4,14$).

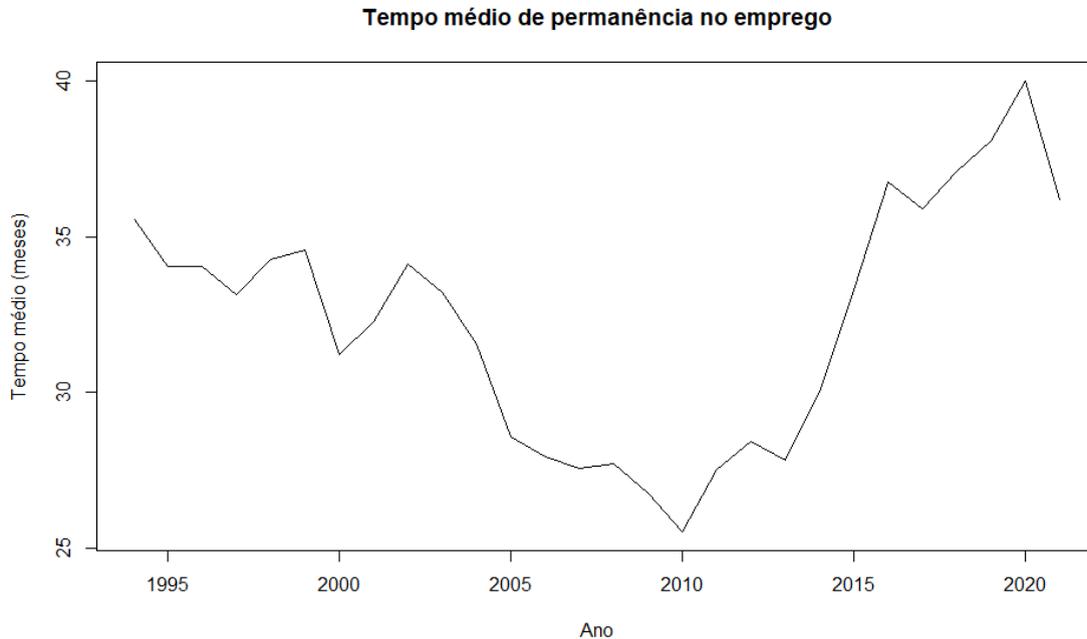
4.4. Rejuvenescimento da profissão

Possivelmente devido a alterações no formulário da RAIS (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2017), há uma diferença significativa nos valores do tempo do funcionário no emprego a partir de 1994. Pode-se supor que, antes, os valores eram expressos em anos, e, posteriormente, em meses. Como não foi possível comprovar essa informação, optou-se por desconsiderar esse período na análise, o que não é



prejudicial, haja vista que a idade do funcionário também só consta na base a partir de 1994.

Gráfico 10– Tempo de permanência do funcionário no emprego



Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2017);
elaboração nossa.

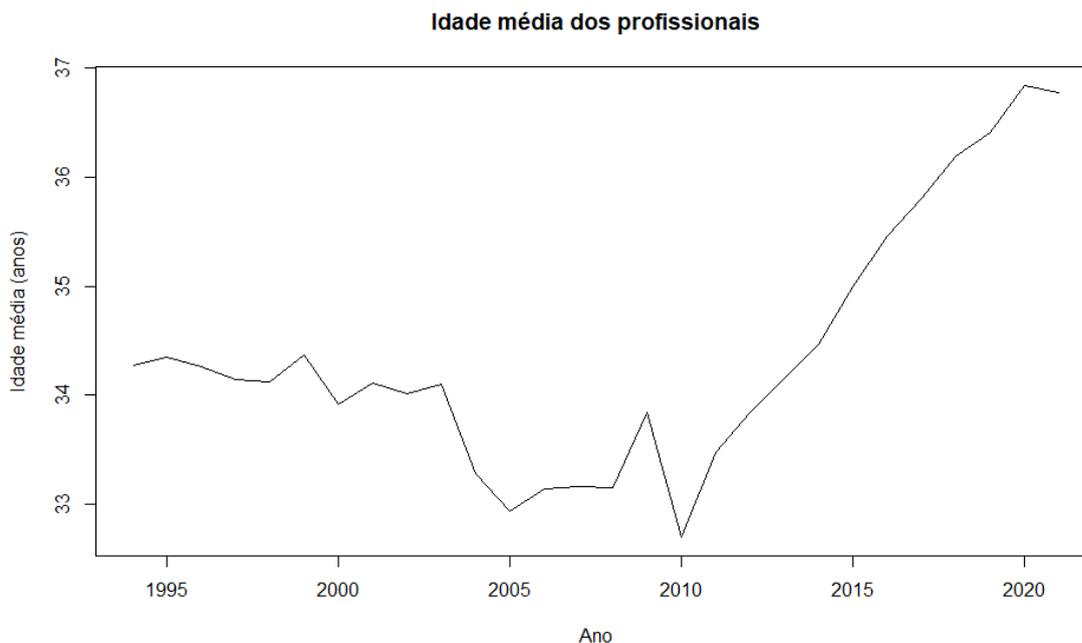
Na análise gráfica, é evidente um vale de queda entre 2000 e 2010, com o valor mínimo em 2010. No entanto, a tendência mais atual é de alta.

A regressão mostra que, no período todo, não existe nenhuma tendência com significância estatística (p -valor = 0,84, R^2 = 0,0015, coeficiente = 0,08). É possível, no entanto, isolar um período de queda entre 1994 e 2010 (p -valor \ll 0,001, R^2 = 0,83, coeficiente = -1,42) e outro, de aumento, mais recente, iniciado em 2010 (p -valor \ll 0,001, R^2 = 0,87, coeficiente = 0,68). Ambos têm significância estatística.

A presença de uma tendência de aumento mais recente pode indicar que, nesse mercado, se de fato o aumento da presença de *freelancers* com CNPJ se comprova quantitativamente, a efemeridade dos vínculos de trabalho deve se concentrar lá.

A análise da idade média dos trabalhadores complementa o estudo do quadro de “rejuvenescimento”:

Gráfico 11 – Idade média dos profissionais de jornalismo



Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2017);
elaboração nossa.

É interessante notar como os dois gráficos têm formas parecidas, o que aponta para a existência de um fenômeno relativamente coordenado (de fato, o coeficiente de correlação, de 0,49, não é negligenciável), que seria o esperado diante de um rejuvenescimento da profissão. Aqui, novamente há um mínimo em 2010.

A regressão que analisa a idade do funcionário ao longo de todo o período mostra uma tendência de aumento (p-valor $\ll 0,001$, $R^2 = 0,33$, coeficiente = 4,15). É possível notar, no entanto, que, à espelho de outras características, o ano de 2010 é um ponto claro de virada, onde uma tendência de queda (p-valor $\ll 0,001$, $R^2 = 0,68$, coeficiente = -7,47) se converte em uma de aumento (p-valor $\ll 0,001$, $R^2 = 0,98$, coeficiente = 2,61). Novamente, a manifestação mais intensa dessa característica no mercado de *freelance* pode ser uma explicação para o resultado, que contraria as expectativas da revisão bibliográfica.

De toda forma, o rejuvenescimento do mercado de trabalho do jornalismo é evidente nos dados até 2010. Não só o jornalista médio, ao longo do tempo, tende a ter menos tempo de trabalho na empresa onde atua, como tende a ter menos idade e, logo, menos tempo de carreira.

Uma análise comparativa dessas variáveis entre o jornalismo e outras profissões, possível a partir de um estudo mais robusto da própria RAIS, poderá ser ainda mais elucidativa. Negri et al. (2001, p. 14), por exemplo, mostra que a idade média da base de dados RAIS em 1998 era de 34,59 anos, enquanto no jornalismo era de 38,44. No momento, contudo, não há trabalhos prévios que permitam uma análise de tendência desse comparativo.

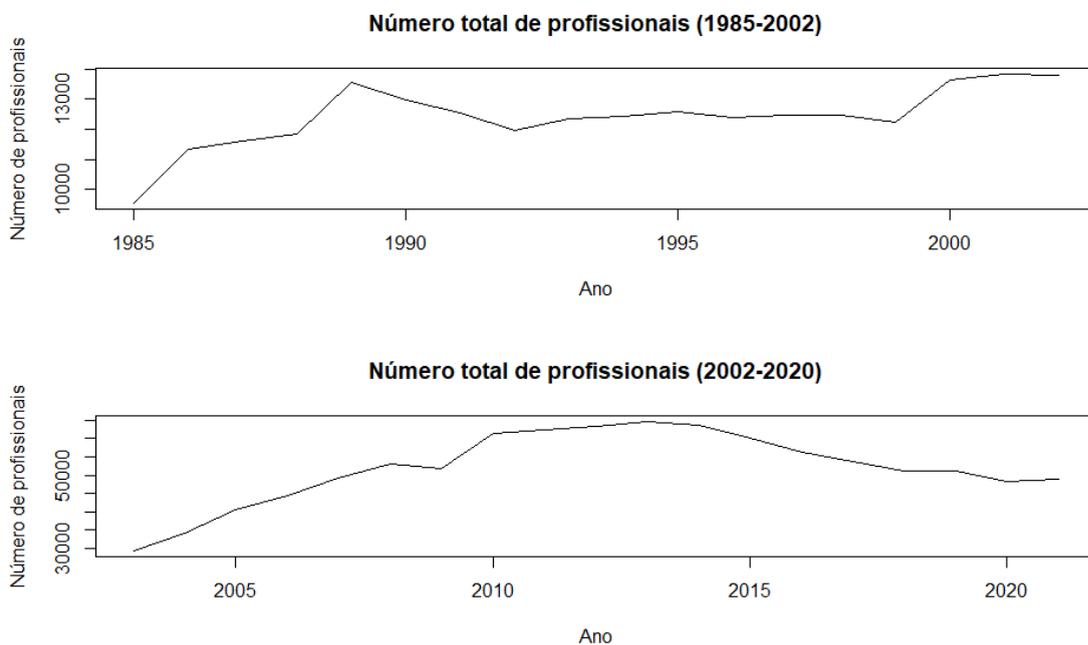


4.5. Acúmulo de funções

Aqui, a RAIS permite apenas inferências a partir da carga horária e diminuição no número de profissionais. Como visto, a carga horária de fato aumentou, embora a tendência mais recente seja de queda. A correlação entre ambas as variáveis, no entanto, é baixa, com coeficiente de apenas 0,02. A seguir, analisa-se a evolução do número de profissionais.

Esse dado sofre com o impacto que a mudança da CBO causou na base de dados. Na sequência, apresentamos gráficos segmentados, que corrigem essa situação.

Gráfico 12 – Evolução do número de profissionais no mercado de jornalismo



Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2017);
elaboração nossa.

Nos anos anteriores a 2003, vemos uma leve tendência de aumento no número de profissionais da categoria (p -valor = 0,001, R^2 = 0,48, coeficiente = 0,004). Mesmo a partir daí, entre 2003 e 2021, a tendência se mantém (p -valor = 0,04, R^2 = 0,22, coeficiente = 0,0002). Pode-se, contudo, isolar uma tendência de queda a partir de 2013 (p -valor \ll 0,001, R^2 = 0,97, coeficiente = -0,0003). Todas as regressões, no entanto, apresentam coeficientes muito baixos diante da escala das variáveis, e parecem indicar, na verdade, uma estagnação.

Isso pode significar que o acúmulo de funções está de fato em leve ascensão, em meio ao crescimento do mercado. No entanto, a fim de que se produza uma análise mais conclusiva, há que se considerar os profissionais com vínculos de CNPJ,

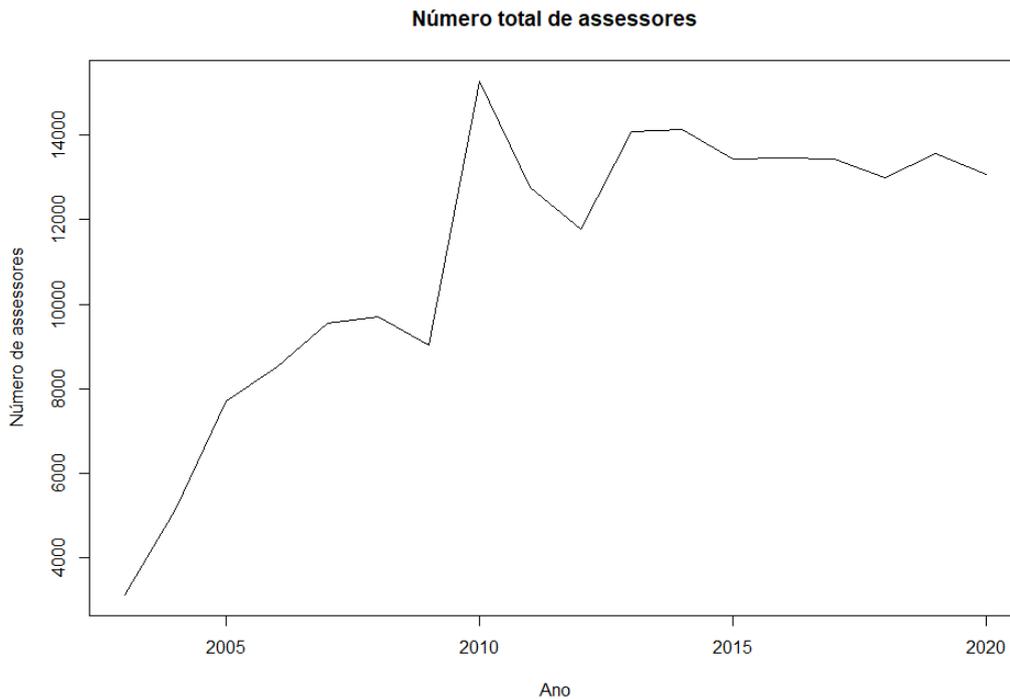


não incluídos aqui, e, se possível, indicadores que tratam diretamente das funções exercidas por cada profissional.

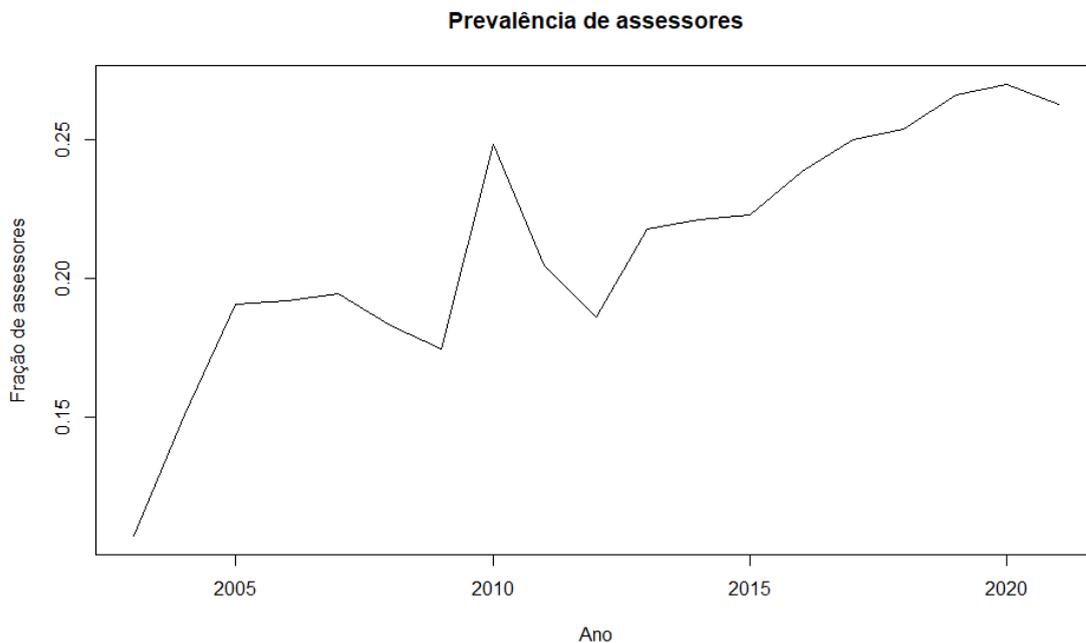
4.6. Aumento do número de jornalistas nas assessorias de imprensa

Novamente por conta das mudanças no CBO, essa análise só é possível a partir de 2002. Ainda assim, ela contribui para dimensionar essa tendência na atualidade.

Gráfico 14 – Evolução do número de assessores de imprensa



Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2017);
elaboração nossa.

**Gráfico 15** – Evolução do número de assessores (normalizado)

Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2017);
elaboração nossa.

A tendência de migração é evidente na análise dos dados de prevalência em todo o período (p -valor $\ll 0,001$, $R^2 = 0,79$, coeficiente = 116,37), e não há sinais de reversão permanente do fenômeno. Novamente, se nota um pico em 2010, o que indica uma pequena reversão da migração apenas em alguns dos anos seguintes (2011 e 2012).

5. Conclusões

Uma ocorrência comum marcou as análises: várias tendências se reverterem, ainda que provisoriamente, a partir de 2010, ano do fim da obrigatoriedade do diploma em Jornalismo para exercício da profissão. De modo geral, os dados mostram que a maioria dos empregos continuaram ocupados por bacharéis em Jornalismo (CARVALHO & MESSAGI JR., 2014 e MELO, 2017), e a relação entre essa mudança legal e os indicadores de precarização ainda não foi amplamente pesquisada. O que nossos resultados apontam é que, entre profissionais com vínculos empregatícios de pessoa física, a mudança foi positiva, pois reverteu tendências de precarização do trabalho. É importante ressaltar, no entanto, que, mesmo com as tendências de “recuperação” apresentadas por muitos indicadores, apenas a idade e o tempo no emprego se encontram hoje em patamares considerados melhores do que os do século XX, antes da introdução das TICs no mercado.

Alguns estudos afirmam que o fim da obrigatoriedade do diploma democratizou o acesso à profissão (FIGARO, 2014), enquanto outros dizem que ela



enfraqueceu a “organização corporativa” da categoria (CARVALHO & MESSAGI JR., 2014), deixando os profissionais mais desprotegidos quanto à precarização das condições de trabalho. Não existem, no entanto, estudos capazes de explicar a relação entre a mudança legal e o comportamento das variáveis estudadas aqui.

Há também uma ressalva quanto à RAIS: muitos dos fenômenos analisados, segundo a revisão bibliográfica, se manifestam especialmente entre jornalistas contratados como freelancers, com vínculos de CNPJ. Esses profissionais não são contabilizados pela base de dados, de modo que estudos futuros com informações sobre eles poderão delinear ainda melhor as tendências atuais do mercado. É possível, por exemplo, que tendências que estão sendo revertidas entre profissionais mapeados pela RAIS estejam se intensificando entre *freelancers*. Uma leitura adequada dos resultados apresentados seria a de que, se entre profissionais com vínculos de trabalho formais, contabilizados aqui, as tendências de precarização já são claras, a situação entre os demais tende a ser ainda pior.

Analisando ponto a ponto os resultados, tem-se que o aumento dos vínculos precários é visível desde 1985, mas não está clara a tendência atual, que pode ser melhor elucidada pela inclusão de *PeJotizados* na análise. Estudos prévios, contudo, lançam um alerta para os sindicatos: muitos filiados em potencial debandam pela fraca atenção dada a profissionais com esse tipo de regimes de contratação.

O aumento da carga horária define a tendência mais geral encontrada no estudo, a saber, uma crescente entre 1985 e 2010, seguida de um decréscimo. Aqui, vale destacar que, como já haviam percebido estudos prévios, a carga horária está acima da permitida por lei, e o cenário pode ser ainda pior se levados em conta os empregos múltiplos de diversos profissionais (NICOLETTI & THIBES, 2017, p. 16).

A diminuição dos salários é a tendência mais dramática dentre as estudadas. Não há nenhum sinal de retomada, como em outras variáveis, e a queda foi a mais vertiginosa registrada aqui. Apesar de também ter um pico de baixa em 2010, é preocupante notar que o valor mínimo da série histórica foi atingido em 2020, e que, portanto, é razoável supor que a tendência se perpetua ainda hoje.

O rejuvenescimento da profissão segue novamente a tendência geral, e a sua ocorrência enquanto fenômeno é reforçada pela correlação razoável entre a queda do tempo de permanência dos jornalistas em empregos e a da média de idade dos profissionais.

Já quanto ao acúmulo de funções, os resultados são inconclusivos. No entanto, dados de estudos prévios indicam que sua ocorrência é de grande relevância para a compreensão do estado atual da profissão, de modo que pesquisas com bases de dados que permitam a análise direta dessa característica são promissoras e necessárias.



A migração para a assessoria de imprensa, por fim, pôde ser conclusivamente detectada. A análise da migração para outros setores da comunicação corporativa, preconizada pela bibliografia, pode elucidar ainda melhor o fenômeno.

Para além do bem-estar dos jornalistas (REIMBERG, 2013), essas transformações impactam diretamente a qualidade da produção noticiosa (NICOLETTI, 2019) e, em última instância, a manutenção da democracia, que se baseia no direito à informação que o jornalismo de qualidade garante aos cidadãos (LEVY & NIELSEN, 2010).

A partir deste estudo introdutório, será possível orientar estudos quantitativos mais aprofundados, necessários nesta área. Essa pesquisa também contribui para o embasamento de novas investigações qualitativas sobre o tema, levantando novas questões, como a possível relação entre o fim da obrigatoriedade do diploma e a reversão de tendências de precarização do trabalho jornalístico. Por hora, uma frase de um jornalista coletada pelo *Perfil do Jornalista Brasileiro* de 2021 serve bem para elucidar o que foi verificado aqui

A categoria foi muito maltratada pelas transformações que sofreu nos últimos 20 anos. A maioria dos empresários e gestores lidaram com elas precarizando a profissão, e faltou quem usasse a disrupção para construir modelos de negócio que valorizassem o papel do jornalista.
(p. 197)

5. Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2015.

AUBERT-TARBY, Clémence, ESCOBAR, Octavio R., RAYNA, Thierry. “The impact of technological change on employment: The case of press digitization”. *Technological Forecasting & Social Change*, v. 128, p. 36–45, 2018.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): Decreto-lei nº 5.452. Brasília: 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em 18 de dez. de 2022.

BERGAMO, Alexandre, MICK, Jacques (coord.), LIMA, Samuel. *Perfil do Jornalista Brasileiro: Características demográficas, políticas e do trabalho (2012): Síntese dos principais resultados*. Disponível em: <<http://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>>. Acesso em 19 de dez. de 2022.

DANTAS, Juliana Bulhões Alberto, PINHEIRO, Elton Bruno Barbosa, SILVA, Vinícius Pedreira Barbosa da, BELTRAME, Vanessa, DAVID, Hadassa Ester. “Crise, Precarização e Mudanças Estruturais no Jornalismo: Reflexões sobre



Tendências Teóricas”. *Impactum*, Universidade de Coimbra, Coimbra, n. 5, mai. de 2019, p. 39-49.

FIGARO, Roseli, NONATO, Claudia. “Novos ‘Arranjos Econômicos’ Alternativos para a Produção Jornalística”. *Contemporanea | comunicação e cultura*, v. 15, n. 01, jan-abr de 2017, p. 47-63.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. “A arte de ser mulher: interrogações sobre o assassinato de Sandra Gomide”. 2004, Anais. Campinas: ANPUH/UNICAMP, 2004. Disponível em: <<https://www.eca.usp.br/acervo/acervo-local/producao-academica/001430905.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

LEVY, David A. L., NIELSEN, Rasmus Kleis. “The Changing Business of Journalism and its Implications for Democracy”. In: _____. (org.). *The Changing Business of Journalism and its Implications for Democracy*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2010. p. 3-16.

LIMA, Samuel Pantoja (Coord. Geral) et al. *Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho*. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.

MARANHÃO, Ana Carolina Kalume. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 15, 2017, São Paulo. “O jornalista brasiliense e o trabalho com as TICS: Uma análise sobre as transformações no perfil profissional”. São Paulo: SBPJOR, 2017.

MARANHÃO, Ana Carolina Kalume. *O jornalista brasileiro: análise das competências em um contexto de mudança no ambiente profissional provocada pela inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação*. 2014. 346 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação): Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MELLADO-RUIZ, Claudia, LAGOS, Claudia. “Características y factores condicionantes de la situación salarial de los periodistas en Chile”. *Palabra Clave*, v. 16, n.2, ago. de 2013, p. 520-540.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <<http://www.mtebo.gov.br/cbsite/pages/informacoesGerais.jsf;jsessionid=43LGV4gLu7MQtQ4CNvsZULWJ.slave16:mte-cbo>>. Acesso em 17 de dez. de 2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. 30 de jan. de 2017. Disponível em: <<http://obtrabalho.mte.gov.br/index.php/component/content/article?id=1206>>. Acesso em 19 de dez. de 2022.



- MINISTÉRIO DO TRABALHO. *Relação Anual de Informações Sociais – RAIS* [Data set]. Disponível em: <https://basedosdados.org/dataset/br-me-rais?bdm_table=microdados_vinculos>. Acesso em 19 de dez. de 2022.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. *Classificação Brasileira de Ocupações: CBO*. Brasília: MTE, SPPE, 2010.
- NEGRI, João Alberto de, CASTRO, Paulo Furtado de, SOUZA, Natalia Ribeiro de, ARBACHE, Jorge Saba. “Mercado formal de trabalho: comparação entre os microdados da RAIS e da PNAD”. Brasília: IPEA, nov. de 2001. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2155>>. Acesso em 21 de dez. de 2022.
- NEVEU, Erik. “As Notícias sem Jornalistas: uma ameaça real ou uma história de terror?”. *Brazilian Journalism Research*, v. 6, n. 1, p. 29-57, 2010.
- NICOLETTI, Janara. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 16, 2018, São Paulo. “Apontamentos sobre precarização e qualidade no jornalismo em um contexto de transformação do mundo do trabalho”. São Paulo: SBPJOR, 2018.
- NICOLETTI, Janara, THIBES, André. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 15, 2017, São Paulo. “Evolução salarial dos jornalistas de 2005 a 2015: Indicativos de precarização do trabalho”. São Paulo: SBPJOR, 2017.
- NICOLETTI, Janara. *Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação: proposta de um modelo de análise*. 2019. 298 f. Tese (Doutorado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2019.
- PEREIRA, Fábio Henrique, ADGHIRNI, Zélia Leal. “O Jornalismo em Tempo de Mudanças Estruturais”. *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 24, p. 38-57, jan.-jun. de 2011.
- PONTES, Felipe Simão. “Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras”. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós*, Brasília, v. 20, n. 1, jan./abr. 2017.
- PORTO, Mauro P. “The Changing Landscape of Brazil’s News Media”. In: LEVY, David A. L., NIELSEN, Rasmus Kleis. (org.). *The Changing Business of Journalism and its Implications for Democracy*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2010. p. 107-124.
- REIMBERG, Cristiane Oliveira. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 38, 2013, Rio de Janeiro. “Quando o trabalho do jornalista é cenário para o assédio moral”. São Paulo: Intercom, 2013.



RIBEIRO, José Hamilton. *Jornalistas: 1937 a 1997*. São Paulo, Imprensa Oficial, 1997.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO. Pisos. Disponível em: <<https://www.sjsp.org.br/pagina/pisos>>. Acesso em 21 de dez. de 2022.

STEENSEN, S. “The shaping of an online feature journalist”. *Journalism*, v. 10, n. 5, 2009, p. 702-718.

WUNSCH-VINCENT, Sacha. “Online News: Recent Developments, New Business Models and Future Prospects”. In: LEVY, David A. L., NIELSEN, Rasmus Kleis. (org.). *The Changing Business of Journalism and its Implications for Democracy*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2010. p. 25-37.